

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA EDUCAÇÃO: MAPEAMENTO DE ATUAÇÃO NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA - PALOP

*NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS IN EDUCATION: MAPPING THEIR ROLE IN
THE PORTUGUESE-SPEAKING AFRICAN COUNTRIES - PALOP*

Felipe de Souza Araujo¹

Universidade Estadual de Campinas

Rui da Silva²

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa que buscou mapear as organizações não governamentais que atuam no campo educacional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo empregou métodos de revisão bibliográfica, análise documental e o software Gephi. Considerando que as ONGs estão em franco crescimento nas suas relações com os governos e os atores privados desde o início do presente século, esta pesquisa identificou 111 ONGs atuantes no campo educacional dos PALOP, classificando-as em sete categorias distintas, destacando-se a interconexão de algumas organizações que operam em múltiplos países do grupo. Sublinha-se a Cooperação para o Desenvolvimento como incentivadoras da atuação das ONGs.

Palavras-chave: África; Educação; Organização não Governamental; ONG na educação; Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP.

ABSTRACT

This article presents research results that sought to map non-governmental organizations that operate in the educational field in Portuguese-speaking African Countries (PALOP). Using a qualitative and exploratory approach, the study employed bibliographic review methods, document analysis and Gephi software. Considering that NGOs have been growing rapidly in their relations with governments and private actors since the beginning of this century, this research identified 111 NGOs operating in the educational field of the PALOP, classifying them into seven distinct categories, highlighting the interconnection of some organizations that operate in multiple countries in the group. Cooperation for Development is highlighted as encouraging the activities of NGOs.

Keywords: Africa; Education; Non-governmental organization; NGO in education; Portuguese-speaking African Countries – PALOP.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), Campinas, São Paulo, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Bertrand Russell, 801, Cidade Univesitária, Campinas, São Paulo, Brasil, CEP: 13083-865. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0829-116X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8769378934734677>. E-mail: felipesaraujo.fsa@gmail.com.

² Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (UMinho). Membro do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), Porto, Portugal. Endereço para correspondência: Via Panorâmica Edgar Cardoso, Massarelos, Porto, Portugal, CEP: 4150-564. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3369-1285>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1987663806829427>. E-mail: rdasilva.email@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo presenta resultados de una investigación que buscó mapear las organizaciones no gubernamentales que actúan en el campo educativo en los Países Africanos de Lengua Portuguesa (PALOP). Utilizando un enfoque cualitativo y exploratorio, el estudio utilizó métodos de revisión bibliográfica, análisis de documentos y software Gephi. Considerando que las ONG han venido creciendo rápidamente en sus relaciones con gobiernos y actores privados desde principios de este siglo, esta investigación identificó 111 ONG activas en el campo educativo de los PALOP, clasificándolas en siete categorías distintas, destacando la interconexión de algunas organizaciones que operan en múltiples países del grupo. Se destaca que la cooperación al desarrollo fomenta las actividades de las ONG.

Palabras clave: África; Educación; Organización no gubernamental; ONG en educación; Países Africanos de Lengua Portuguesa – PALOP.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados de pesquisa³ desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. A presente pesquisa teve como objetivo identificar e mapear quais são as organizações não governamentais que atuam na educação básica nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, bem como realizar a sua caracterização tendo em consideração as atividades realizadas por tais organizações.

Dito isto, este presente texto parte do pressuposto teórico de que as organizações não governamentais (ONGs) se encontram em um processo de franco crescimento nas suas relações com os diferentes governos e o setor privado desde a era Reagan-Thatcher (Choudry & Kapoor, 2013). Cabe destacar que de acordo com Choudry e Kapoor (2013) este processo é acompanhado da alteração no conceito do que é uma ONG, a saber: deixam ser uma organização baseada nos anseios e demandas dos direitos individuais da sociedade, passando a representar a agenda de quem financia (governos neoliberais e capitais financeiros) as atividades de tais organizações. Em outras palavras, a partir da era Reagan-Thatcher, as ONGs passam por um processo de "despolitização" e "profissionalização" de sua atuação em detrimento de seu conceito maior de representação da sociedade civil organizada e do ativismo (Choudry & Kapoor, 2013, p. 5). Destaca-se que há uma descaracterização conceitual da luta democrática popular por direitos individuais e coletivos (Kamat, 2004), fazendo com que as ONGs perdessem o seu poder de apoiar a educação popular e mobilizar programas (Choudry & Kapoor, 2013), o que Kamat (2004) denomina como privatização da noção de interesse público.

³ Pesquisa financiada com recursos da Diretoria Executiva de Relações Internacionais (DERI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Edital nº 032/2022 e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia [CEECIND/01263/2017].

Não obstante, algumas ONGs apresentam-se em um formato híbrido: ativismo/movimento social organizado que trabalha construindo movimentos sociais e mobilizando a comunidade, e apresentam as características ideais para seguirem sendo financiadas por fundações filantrópicas ou fundos públicos (Choudry & Kapoor, 2013). Como parte deste processo identifica-se a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade e ONGs (Choudry & Kapoor, 2013).

De acordo com Belfield e Levin (2002), a transferência de responsabilidades, atividades e bens de instituições de Estado/Governo para instituições privadas, sejam elas com ou sem a finalidade de lucro corresponde a privatização da coisa pública. No campo educacional, pesquisas realizadas por Adrião apontam que o processo de privatização ocorre incidindo ao menos sobre três dimensões da política educativa: oferta, gestão e currículo (Adrião, 2018; 2022).

Historicamente as organizações não governamentais (ONGs) trabalham em múltiplos contextos, o que dificulta uma caracterização generalizada sobre a atuação de tais organizações, principalmente no que diz respeito ao contexto dos países africanos dos quais não há facilidade de se obter informações sobre a atuação das ONGs. Contudo, é possível destacar, de acordo com pesquisas anteriores, que muitas tiveram origem em movimento missionário religioso com base na caridade e no trabalho filantrópico (Manji & O'coill, 2002; Choudry & Kapoor, 2013).

No contexto da África as ONGs são constituídas e impulsionadas como uma ferramenta de desenvolvimento de países no período pós-colonial (Manji & O'coill, 2002), muitas vezes alicerçadas em torno da ajuda pública ao desenvolvimento (Shieldss, 2013; Harber, 2014). Nesse sentido, salienta-se que a cooperação para o desenvolvimento envolve não somente a transferência de fundos financeiros, mas também de ideias, agendas e políticas dos países doadores para os países receptores, sobretudo quando se trata de educação (Shieldss, 2013; Harber, 2014).

O presente artigo encontra-se estruturado em seis partes. A primeira esta introdução na qual se apresentamos uma breve discussão sobre as ONGs. Na segunda falamos sobre a Cooperação para o Desenvolvimento suas implicações para educação. Na terceira apresentamos a metodologia de coleta e tratamento dos dados. Na quarta parte são apresentados os dados gerais das ONGs mapeadas. Na quinta parte são analisadas com o software Gephi as ONGs que atuam em rede. Na sexta e última parte apresentamos algumas considerações e mobilizamos questões para pesquisas futuras.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Em um primeiro momento é possível ceder a tentação de pensar que a educação segue determinados padrões de oferta, currículo e gestão de maneira homogeneizada em todo o mundo, contudo, conforme salienta McGrath (2018) os modelos educacionais são diversos, alternativos e construídos com base em teorias e ideologias coexistente em educação. Destaca-se que há um desentendimento sobre o objetivo final da educação, se é para o crescimento espiritual ou para atender as necessidades básicas de sobrevivência, se é para o desenvolvimento humano ou para servir a economia e fortalecer o acúmulo de capital individual, se objetiva formar cidadãos críticos e reflexivos ou administradores obedientes e eficazes (Mcgrath, 2018).

É a partir da década de 1960, denominada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a década do desenvolvimento, que os processos de Cooperação para o Desenvolvimento ganham força. A ONU realiza um chamado para que os Estados membros e seus povos trabalhem unidos a fim de acelerar o crescimento econômico e o avanço social individual das nações (Unterhalter, 2015). Naquela altura o discurso disseminado pela ONU invocava ações estatais e não estatais referindo-se ao enfrentamento de questões econômicas e sociais, porém, de acordo com Unterhalter (2015), o foco era muito mais no desenvolvimento econômico.

Desde a década de 1960, diferentes agências da ONU, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) se empenham na ampliação do discursos de desenvolvimento social e sobretudo econômico (Unterhalter, 2015). Tais organizações trabalham em prol de promover um agrupamento de mudanças educacionais, bem como de políticas educativas que são semelhantes e nos permitem observar a existência de políticas educativas globais que transformam as mudanças educacionais em fenômenos sistêmicos e globais (Autor, 2020).

Nesse conjunto de iniciativas são criados projetos e programas que incidem especificamente sobre o campo educacional e que buscam desenvolver diferentes atividades, dentre as quais destacam-se: “apoio ao orçamento de Estados dos países”, oferta de formação continuadas para professores, “pagamento do salário dos professores”, financiamento de construção e reformas de espaços escolares e “promoção de reformas educativas” (Autor, 2020, p. 87).

As disputas ideológicas, econômicas e políticas entre países socialistas e capitalistas foram decisivos no processo de solidificação da Cooperação para o Desenvolvimento, para além disto, destaca-se o contínuo processo de descolonização entre os anos de 1950 e 1970 da África, Caribe, Ásia e do Pacífico, e a construção do modelo nacional-desenvolvimentista na América Latina

(Milani, 2014). Conforme destaca Milani (2014), diante desse cenário os países doadores constituíram as suas próprias agências bilaterais. Ainda segundo o autor, na conjuntura das organizações bilaterais e multilaterais houve uma clara definição das atividades de trabalho: “as primeiras caberia, primordialmente, assistência técnica e ajuda orçamentária, ao passo que as agências multilaterais teriam a função de apoiar e gerir a implementação de projetos” (Milani, 2014, p. 34).

As motivações para a Cooperação para o Desenvolvimento são várias e podem incluir (HARBER, 2014; NOVELLI, 2023, 2013, 2010):

- Morais, éticas e humanitárias;
- Políticas e econômicas;
- Ambientais e de sustentabilidade
- Segurança nacional, bens públicos globais - abordagem “3D” (Diplomacia, Defesa e Desenvolvimento);
- Reparação histórica.

No contexto africano a cooperação internacional desperta atenção no que diz respeito a relação entre desenvolvimento e educação, de modo que há uma expectativa de que os investimentos em educação possam gerar resultados positivos na construção de uma boa governança nos níveis sociais e privados. Contudo, conforme destaca De Grauwe (2007), é preciso buscar entender os meandros em que a educação efetivamente poderá contribuir para a diminuição das desigualdades e da pobreza.

Não obstante, é preciso considerar que o conceito de desenvolvimento é polissêmico, se alterando múltiplas vezes ao longo do tempo e consigo transformando seus atores, modalidades, objetivos e até mesmo as perspectivas da Cooperação para o Desenvolvimento (Shields, 2013; Harber, 2014). Assim, deve-se ter sempre em mente que o setor da Cooperação para o Desenvolvimento é contestado, visto que envolve um conjunto elevado de atores sociais, políticos, e uma movimentação significativa de recursos financeiros (Shields, 2013; Harber, 2014; Martins et al., 2020).

Paulo Freire (1978), chama atenção para o fato de que “a ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar” (Freire, 1978, p. 11). O autor destaca que somente na referida prática é que pode ocorrer um processo de ajuda mútua, contudo o ato de ajudar não muda a relação entre dominante e dominado, “por isso é que não há real ajuda

entre classes dominantes e classes dominadas nem entre as “sociedades imperiais” e as chamadas sociedades dependentes, de fato, dominadas” (Freire, 1978, p. 11).

SOBRE A COLETA E O TRATAMENTO DOS DADOS

Este texto seguiu uma abordagem qualitativa, os dados apresentados nesta pesquisa foram coletados em duas etapas distintas, sendo a primeira de natureza documental e a segunda de natureza exploratória. Na primeira foram coletados dados de fontes primárias (consulta a websites, bases de dados e revisão bibliográfica), já na segunda buscaram-se informações em fontes secundárias (consulta a web site de busca).

Esta pesquisa perpassa, portanto, pela realização de revisão bibliográfica na Scientific Library Online (SciELO), no Web of Science, no Catálogo da Biblioteca da Universidade do Porto e em arquivos do CEAUP com a finalidade de aferir as produções acadêmicas que por ventura abordassem sobre a atuação das ONGs nos PALOP, ou mesmo, identificar a ausência de produções com o foco nesta temática. Para tal foram utilizados os seguintes descritores: ONG de educação em Angola; ONG de educação em Cabo Verde; ONG de educação em Guiné-Bissau; ONG de educação em Moçambique e ONG de educação em São Tomé e Príncipe.

Após a revisão bibliográfica, buscou-se coletar os dados referentes às ONGs que atuam nos PALOP, de modo que fosse possível identificar a organização, o website da mesma, e/ou atividades realizadas pela organização relacionadas com o campo educacional. Os dados foram coletados considerando a perspectiva de natureza exploratória dada a dificuldade de encontrar informações sobre organizações privadas, sobretudo no contexto da África dada a falta de dados on-line. As buscas foram realizadas em sites governamentais e na ferramenta de busca do Google utilizando os mesmos descritores estabelecidos para o levantamento bibliográfico.

Nos casos dos países Cabo Verde⁴, Guiné-Bissau⁵ e Moçambique⁶ foram encontradas listas com a relação das organizações não governamentais que neles atuam nos diferentes segmentos sociais. Tais listas foram confrontadas com o levantamento feito de forma exploratória com o propósito de inserir as organizações que por ventura não tivéssemos identificado. As ONGs das listas que foram inseridas no mapeamento são as que conseguimos encontrar o website e identificar possíveis atividades no campo educacional. Cabe destacar que também cruzamos o levantamento

⁴ Disponível em: http://www.platongs.org.cv/wp-content/uploads/2021/06/LISTA-GERAL-ACTUALIZADA-ONG-2021_2.pdf.

⁵ Disponível em: <https://www.sociedadecivilgb.org>.

⁶ Disponível em: https://www.joint.org.mz/public/assets/documentos/ongs_nacionais_que_actuam_no_pais.pdf.

com os dados disponibilizados no website da Plataforma Portuguesa das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento⁷ (ONGD).

As organizações deste mapeamento foram selecionadas considerando sete categorias que foram construídas a partir das atividades realizadas pelas ONGs, com a finalidade de nortear a identificação e auxiliar na construção do mapeamento, a saber: 1 - promoção do direito à educação; 2 - oferta educacional formal; 3 - oferta educacional não formal; 4 - oferta de formação docente; 5 - oferta de cursos profissionalizantes; 6 - provisão de insumos pedagógicos; e 7 - construção/manutenção de equipamentos escolares. No quadro 1 apresentamos os sentidos atribuídos às categorias construídas para a seleção das organizações.

Quadro 1 – Categorias e seus sentidos

Categoria	Sentido
Promoção do direito à educação	Foram consideradas as organizações que de alguma maneira apresentam ações na promoção e defesa do direito à educação.
Oferta educacional formal	Foram consideradas as ações de oferta de turmas regulares de educação básica.
Oferta educacional não formal	Foram consideradas as ações de educação não formal, tais como: roda de conversas, palestras, mesas de debates, etc.
Oferta de formação docente	Foram consideradas as ações de oferta de cursos de formação continuada para docentes, ou mesmo as que visavam a formação de novos docentes.
Oferta de cursos profissionalizantes	Foram consideradas as ações de cursos que buscavam ofertar formação profissional para o mercado de trabalho.
Provisão de insumos pedagógicos	Foram consideradas as ações de captação, compra e oferta de materiais escolares, tais como: livros, uniformes, mobiliários, etc.
Construção/manutenção de equipamentos escolares	Foram consideradas as ações desenvolvidas a fim de construir e reformar escolas. Por equipamentos considerou-se: bibliotecas, salas de aula, banheiros, pátios, etc.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Em um primeiro momento buscou-se encontrar as ONGs, posteriormente informações sobre as organizações de modo a possibilitar a identificação ou não de atividades dentro das categorias estabelecidas. As ONGs que apresentaram ocorrências ao menos em uma das categorias foram selecionadas para compor o mapeamento. Os dados coletados sobre as ONGs foram organizados em uma planilha do Excel com o intuito de criar um banco de dados para posterior análise utilizando o software de código aberto Gephi. O referido software nos permite calcular e

⁷ Disponível em: <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/ongd-associadas>.

fazer o tratamento estatístico dos dados, bem como, gerar um grafo para a análise da rede formada pelas ONGs que atuam nos PALOP.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NOS PALOP

Considerando as categorias apresentadas anteriormente, o presente levantamento permitiu identificar e mapear 111 organizações não governamentais que atuam no campo educacional nos países que compõem os PALOP. Ressaltamos que dentre as 111 organizações mapeadas, 22 atuam em mais de um país. A seguir na tabela 1 apresentamos o quantitativo de organizações identificadas por país dos PALOP.

Tabela 1 – Quantitativo de ONGs por país – 2022

País	Quantidade de ONGs
Angola	26
Cabo Verde	26
Guiné-Bissau	38
Moçambique	46
São Tomé e Príncipe	18

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Organizações Não Governamentais em Angola

Das 26 organizações identificadas atuando na área educacional em Angola, destacamos que em 20 delas identificamos ações que correspondem a defesa e promoção do direito à educação, em 10 identificamos ações que correspondem a oferta de educação formal, todas as 26 ONGs apresentam algum tipo de ação de educação não formal, 16 apresentam ações de formação docente, em 13 delas identificamos a oferta de cursos profissionalizantes, 17 organizações realizam produção e/ou distribuição de insumos pedagógicos, por fim, em 8 ONGs identificamos ações de construção/manutenção de equipamentos escolares, conforme tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Quantitativo de ONGs em Angola por categoria - 2022

Categoria	Identificado	Não Identificado
Promoção do Direito à Educação	20	6
Oferta Educacional Formal	10	16
Oferta Educacional não Formal	26	0
Oferta de Formação Docente	16	10
Oferta de Cursos Profissionalizantes	13	13
Provisão de Insumos Pedagógicos	17	9
Construção/Manutenção de Equipamentos Escolares	8	18

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Organizações Não Governamentais em Cabo Verde

A busca por organizações que atuam na educação básica de Cabo Verde resultou no encontro de 26 organizações com ações nas diferentes categorias elencadas nesta pesquisa. Do referido de total, 20 delas atuam na declaradamente na defesa e promoção do direito à educação, 11 organizações apresentam ações de oferta educacional formal, todas as 26 organizações realizam alguma ação de oferta educacional não formal, apenas 6 estão envolvidas em ações de formação docente, 14 delas ofertam cursos profissionalizantes, 19 estão envolvidas na provisão de insumos pedagógicos e 9 organizações se dedicam à construção/manutenção de equipamentos escolares, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Quantitativo de ONGs em Cabo Verde por categoria - 2022

Categoria	Identificado	Não Identificado
Promoção do Direito à Educação	15	11
Oferta Educacional Formal	11	15
Oferta Educacional não Formal	26	0
Oferta de Formação Docente	6	20
Oferta de Cursos Profissionalizantes	14	12
Provisão de Insumos Pedagógicos	19	7
Construção/Manutenção de Equipamentos Escolares	9	17

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Organizações Não Governamentais em Guiné-Bissau

No caso da Guiné-Bissau foi possível identificar 38 organizações sociais que realizam ações na educação básica do país. Do total de ONGs, 32 atuam de maneira declarada na defesa e promoção do direito à educação, 19 ofertam educação formal, as 38 organizações realizam diferentes ações de educação não formal, 13 se encontram envolvidas em atividades de formação docente, 12 ofertam à população guineense cursos profissionalizantes, 28 delas estão dedicadas em fornecer insumos pedagógicos aos alunos e 16 realizam ações de construção/reforma de equipamentos escolares, conforme tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Quantitativo de ONGs em Guiné-Bissau por Categoria - 2022

Categoria	Identificado	Não Identificado
Promoção do Direito à Educação	32	6
Oferta Educacional Formal	19	19

Oferta Educacional não Formal	38	0
Oferta de Formação Docente	13	25
Oferta de Cursos Profissionalizantes	12	26
Provisão de Insumos Pedagógicos	28	10
Construção/Manutenção de Equipamentos Escolares	16	22

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Organizações Não Governamentais em Moçambique

A busca por ONGs que atuam na educação básica de Moçambique nos possibilitou encontrar 46 organizações. Desse total, identificamos que 28 atuam na defesa e promoção do direito à educação, 18 atuam na oferta de educação formal, todas as 46 ONGs oferecem educação não formal, 17 se encontram envolvidas em atividades voltadas à formação docentes, identificamos que 18 ofertam cursos profissionalizantes, 30 delas estão envolvidas na provisão de insumos pedagógicos e apenas 12 atuam na construção/manutenção de equipamentos escolares, conforme tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Quantitativo de ONGs em Moçambique por categoria – 2022

Categoria	Identificado	Não Identificado
Promoção do Direito à Educação	28	18
Oferta Educacional Formal	18	28
Oferta Educacional não Formal	46	0
Oferta de Formação Docente	17	29
Oferta de Cursos Profissionalizantes	18	28
Provisão de Insumos Pedagógicos	30	16
Construção/Manutenção de Equipamentos Escolares	12	34

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe

No país de São Tomé e Príncipe encontramos um total de 18 ONGs, das quais 8 apresentam atividades de defesa de promoção do direito à educação, apenas 5 estão envolvidas na oferta de educação formal, contudo, todas as 18 apresentam ações de oferta educacional não formal, outras 8 estão engajadas em atividades de formação docente, 6 estão envolvidas na realização de cursos profissionalizantes, 15 ONGs estão dedicadas na provisão de insumos pedagógicos, em 7 organizações identificamos ações de construção/manutenção de equipamentos escolares, conforme tabela 6 abaixo.

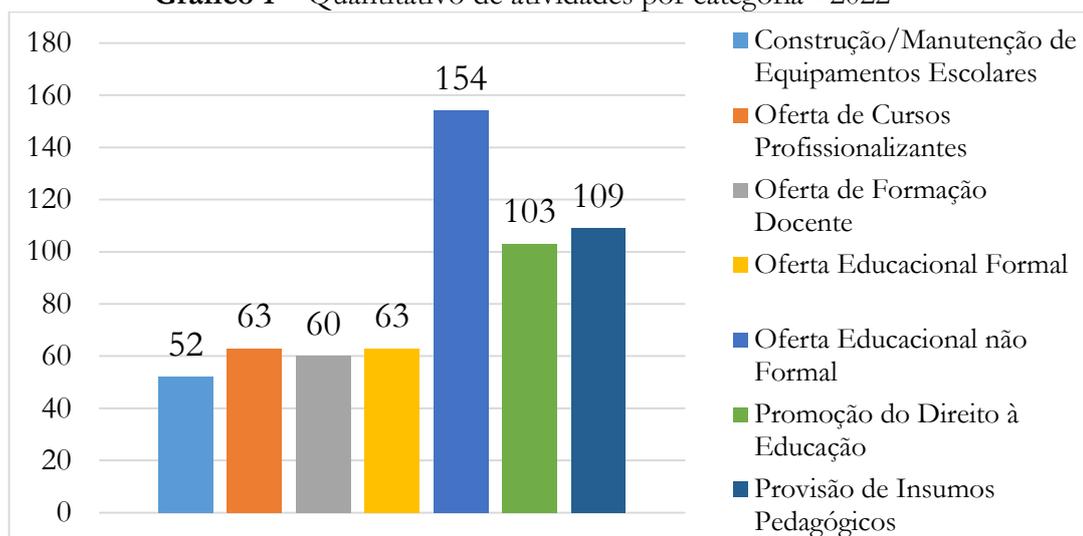
Tabela 6 – Quantitativo de ONGs em São Tomé e Príncipe por categoria - 2022

Categoria	Identificado	Não Identificado
Promoção do Direito à Educação	8	10
Oferta Educacional Formal	5	13
Oferta Educacional não Formal	18	0
Oferta de Formação Docente	8	10
Oferta de Cursos Profissionalizantes	6	12
Provisão de Insumos Pedagógicos	15	3
Construção/Manutenção de Equipamentos Escolares	7	11

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

Diante do contexto explicitado podemos observar que as organizações não governamentais possuem uma forte presença nos países que compõem os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), desenvolvendo diferentes atividades no campo educacional. O mapeamento nos permitiu identificar 154 atividades realizadas pelas ONGs relacionadas a categoria de oferta educacional não formal⁸, 109 atividades que envolvem a provisão de insumos pedagógicos, 103 atividades que promovem o direito à educação, 63 atividades que dizem respeito a oferta de educação formal e de cursos profissionalizantes, 60 atividades que tem como foco a formação docente e 52 atividades que envolvem a construção e/ou manutenção de equipamentos escolares. A seguir o gráfico 1 apresenta o quantitativo de atividades desenvolvidas pelas ONGs por categoria.

Gráfico 1 – Quantitativo de atividades por categoria - 2022

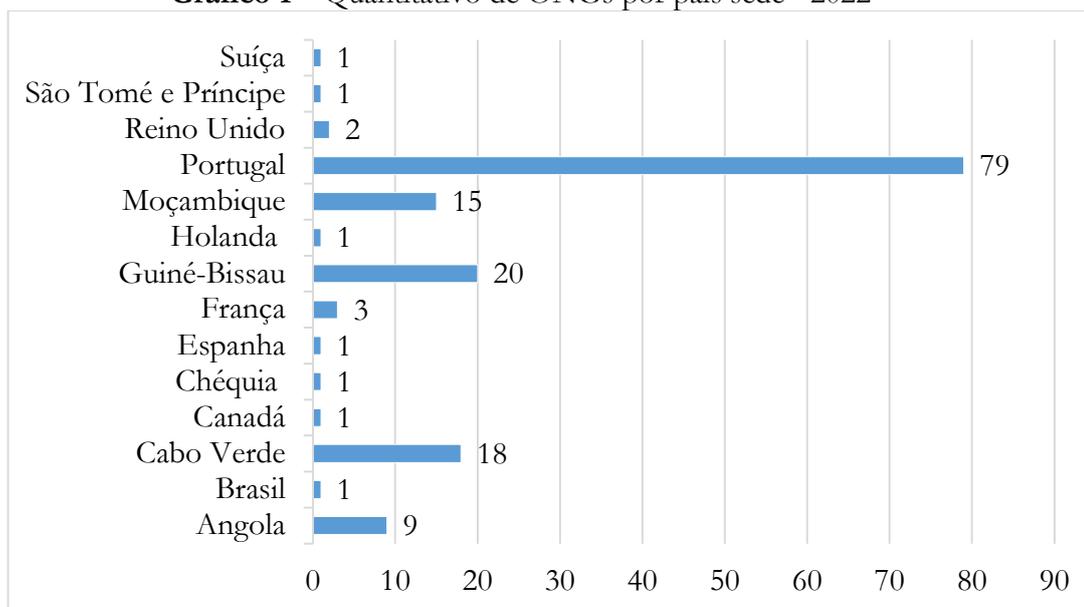


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

⁸ Algumas atividades são desenvolvidas em mais de um país dos PALOP, como é o caso da educação não formal, e por isso apresenta um quantitativo superior ao total de ONGs mapeadas.

Com relação aos países que sediam as organizações mapeadas nesta pesquisa, destaca-se Portugal com o maior quantitativo totalizando 79 ONGs, seguido de Guiné-Bissau com 20, Cabo Verde com 18, Moçambique com 15, Angola com 9, França com 3, Reino Unido com 2, Suíça, São Tomé e Príncipe, Holanda, Espanha, Tchécua, Canadá e Brasil com apenas uma organização cada. A seguir no gráfico 2 apresentamos o quantitativo de ONGs por país sede.

Gráfico 1 – Quantitativo de ONGs por país sede - 2022



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados coletados (2022).

O gráfico 2 nos ajuda a ter uma dimensão da quantitativo de organizações não governamentais sediadas em diferentes países, com destaque para as que estão em Portugal (79 ONGs). Além das diferentes motivações para a cooperação com suas ex-colônias na África, sejam elas morais, éticas e humanitárias, políticas e econômicas, ambientais e de sustentabilidade, segurança nacional e bens públicos globais (Harber, 2014; Novelli, 2023; 2013; 2010), o elevado número de ONGs portuguesas atuando nos PALOP também encontra explicação nos fomentos normativos feitos pelo Governo Português que datam a partir de 1999. Contudo, apenas com a Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, de 22 de dezembro, que publicou um documento denominado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, que se identifica o primeiro normativo com maior clareza sobre os objetivos da Cooperação Portuguesa (CP) e as estratégias para alcança-los (RCM, 2005; Martins et al., 2020).

Uma das principais características da CP é justamente apoiar os PALOP, focalizando nos setores de serviços sociais e de infraestrutura, promoção da língua portuguesa junto a tais países,

entre outros (Martins et al., 2020). Como nem tudo são flores, a CP também tem a sua história atravessada pelo não cumprimento no repasse de “0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, tal como pela falta de estabilidade institucional, já que suas atividades acompanham os ciclos eleitorais de Portugal, e pela promoção da língua portuguesa como um fim em si mesma que funciona como um poder simbólico (Martins et al., 2020, p. 21).

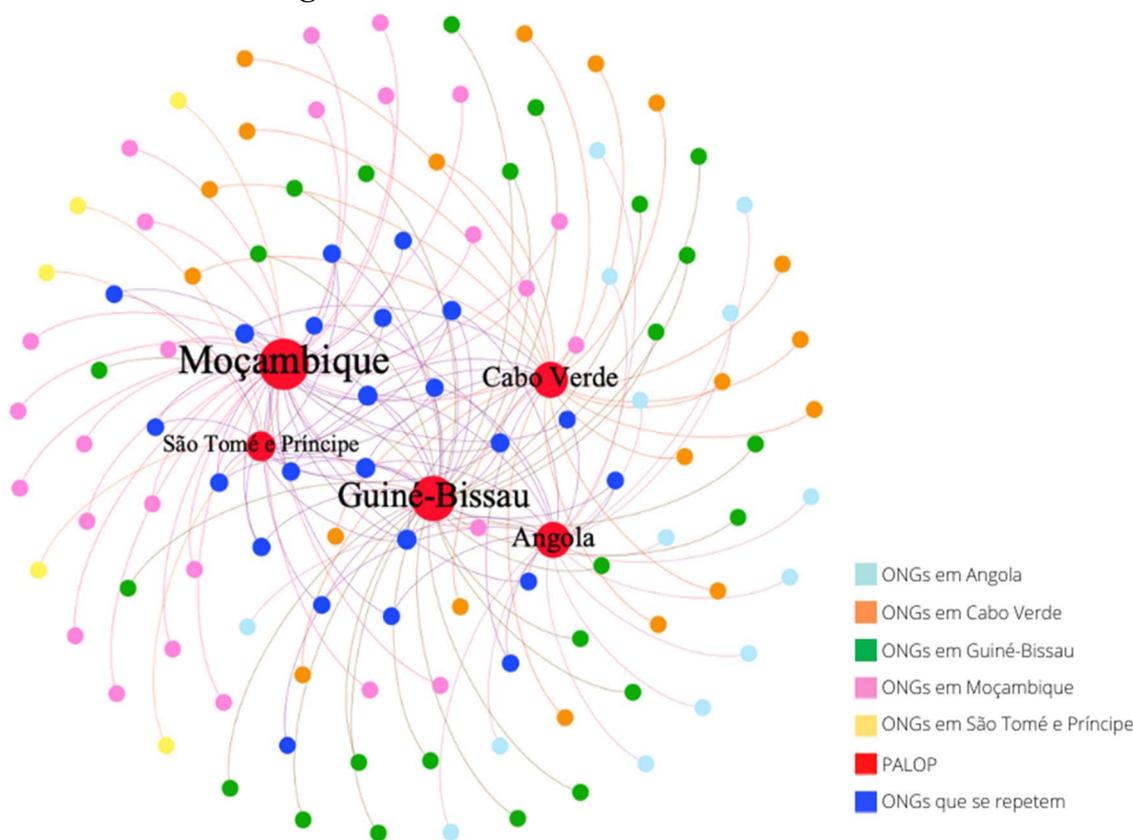
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM REDE NOS PALOP

A utilização da análise de redes como metodologia nas investigações no campo das ciências sociais tem crescido nas últimas décadas, sendo identificado um rápido crescimento nos últimos anos no seu uso para analisar e explicitar as relações da gestão pública com as organizações sem fins lucrativos (Kapuco; Hu & Khosa, 2014). Para realizar a construção e a análise da rede entre as organizações e os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) utilizamos o software de código aberto denominado Gephi.

O software nos permitiu obter uma rede formada por 116 nós e 154 arestas. Para construir o grafo, o primeiro passo tratou-se da organização dos dados coletados em uma tabela e posterior importação no software. Após a importação dos dados foram executadas as estatísticas (grau médio, grau ponderado médio, diâmetro da rede, densidade do grafo, componentes conectados e modularidade) e foi utilizado o algoritmo Fruchterman Reingold. O referido algoritmo possibilita a construção do grafo com uma distribuição dos vértices mais igualitárias evitando que as arestas se cruzem (Fruchterman & Reingold, 1991), assim, o grafo assume um formato visual de melhor compreensão.

Na construção do grafo, para além do uso do algoritmo Fruchterman Reingold, também organizou-se considerando o grau e a cor. O grau foi utilizado a fim de destacar a centralidade de um nó no conjunto dos nós de toda a rede. Já as cores foram utilizadas com o objetivo de nortear a interpretação do grafo: azul claro - ONGs em Angola; Laranja - ONGs em Cabo Verde; Verde - ONGs em Guiné-Bissau; rosa - ONGs em Moçambique; amarelo - ONGs em São Tomé e Príncipe; Vermelho - PALOP; e azul escuro - ONGs que atuam em mais de um país. A seguir, na figura 1, pode-se observar o grafo das ONGs que atuam na educação básica dos PALOP organizados em rede, o que possibilita compreender de que maneira as organizações e os países se encontram conectados. Destacamos que o nome dos países encontra-se em tamanho proporcional ao quantitativo de ONGs atuando em cada país.

Figura 1 – ONGs em Rede nos PALOP - 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com o software Gephi (2022).

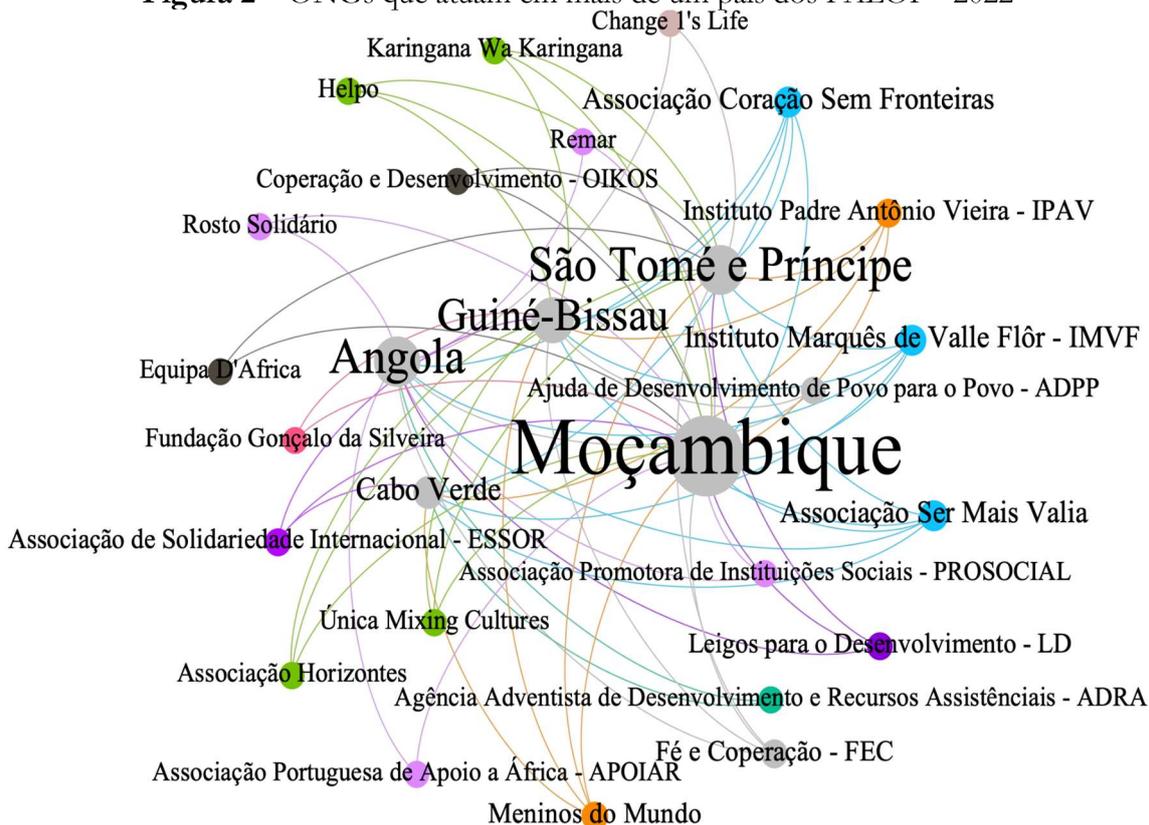
Considerando a organização do grafo por grau, pode-se observar que o grafo confirma os dados apresentados anteriormente com relação ao quantitativo de ONGs atuando em cada país: 26 ONGs em Angola e Cabo Verde; 38 ONGs em Guiné-Bissau; 46 ONGs em Moçambique; e 18 ONGs em São Tomé e Príncipe. Visualmente esses dados se confirmam no grafo dado ao tamanho proporcional que o software concede a cada nó. No caso da figura 1, o software considerou o número de ligações que cada país recebeu e assim organizou visualmente o tamanho de cada nó.

A seguir apresentamos o grafo apenas com as organizações que se repetem nos cinco países que compõem os PALOP. O software nos permitiu obter uma rede formada por 27 nós e 65 arestas. Para construir o grafo, a semelhança da figura 1, após a importação dos dados foram corridas as estatísticas (grau médio, grau ponderado médio, diâmetro da rede, densidade do grafo, componentes conectados e modularidade) e foi utilizado o algoritmo Fruchterman Reingold.

Cabe destacar que a construção do grafo, para além do uso do algoritmo Fruchterman Reingold, também foi orientada pela betweenness centrality (centralidade de intermediação –

tradução livre) que representa o grau de centralidade que existe entre um nó e outro, ou seja, trata-se do número de vezes que um nó aparece no caminho do espaço geodésico entre dois nós de uma rede (Chelms & Prasanna, 2011). O grafo também foi refinado por cor e tamanho a fim de diferenciar os nós entre si, bem como, foi acrescentado o rótulo dos nós a fim dar mais clareza na visualização. A seguir apresentamos a figura 2, com as ONGs que atuam em mais de um país.

Figura 2 – ONGs que atuam em mais de um país dos PALOP - 2022



Fonte: Elaborado pelos autores com o software Gephi (2022).

A figura 2 nos ajuda a identificar quais são as organizações que atuam em mais de um país dos PALOP. Outra vez, o tamanho e o rótulo dos nós estão organizados de forma proporcional considerando o grau estatístico de betweenness centrality estabelecido entre os nós pelo Gephi, sendo o maior grau de centralidade apresentado por Moçambique (122.93 – conectado por 19 ONGs), seguido por São Tomé e Príncipe (52.48 – conectado por 14 ONGs), Guiné-Bissau (43.80 – conectada por 13 ONGs), Angola (53.79 – conectada por 12 ONGs) e Cabo Verde (13.99 – conectado por 7 ONGs) respectivamente. Isto ocorre justamente por conta de os países serem o centro das interações entre as organizações, ou seja, na figura 2, podemos observar que os países

são os elos de ligação entre as organizações que neles atuam e por tanto possuem a centralidade de intermediação da rede representada no grafo.

A figura 2 permite ainda identificar quais são as organizações que estão desenvolvendo atividades em mais de um país. Conforme observou-se a Associação Coração Sem Fronteiras, a Associação Ser Mais Valia e o Instituto Marquês de Valle Flôr – IMVF estão presentes nos cinco países do PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Na Sequência presente em quatro países, notam-se: Fé e Coperação – FEC (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Instituto Padre Vieira – IPAV (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e Meninos do Mundo (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Desenvolvendo atividades em ao menos três países estão a Helpo (Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), a Karingana Wa Karingana (Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), a Leigos para o Desenvolvimento (Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e a Única Mixing Cultures (Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Por fim, identificamos as organizações que estão presentes ao menos em dois países: a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA (Angola e Cabo Verde), a Change 1's Life (Angola e São Tomé e Príncipe) e a Fundação Gonçalo da Silveira (Guiné-Bissau e Moçambique); as organizações Coperação e Desenvolvimento – OIKOS e Equipe D’Africa estão presentes nos mesmo países (Moçambique e São Tomé e Príncipe), bem como, a Associação Portuguesa de Apoio a África – APOIAR, a Associação Promotora de Instituições Sociais – PROSOCIAL, a Remar e a Rosto Solidário estão atuando nos mesmos países (Angola e Moçambique),

Ao observar a atuação de tais organizações em rede nos diferentes países é possível identificar a existência de uma ação coordenada, visto que estas ONGs encontram-se atreladas aos serviços de ajuda pública ao desenvolvimento, conforme apontam Shields (2013) e Harber (2014). Destaca-se que estas organizações são a materialização do processo identificado por Choudry e Kapoor (2013), qual seja, o processo de despolitização das ONGs que culmina na profissionalização da mesma. Como salientado anteriormente, estas organizações agora profissionalizadas encontram-se inseridas no contexto de privatização das atividades estatais, uma vez que as responsabilidades de Estado, tal como é o direito à educação, são à elas transferidas constituindo o que Adrião (2018) denominou de privatização da política educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar e mapear as Organizações Não Governamentais que atuam no campo educacional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Por meio da revisão bibliográfica observou-se que a atuação das ONGs nos últimos anos tem passado por um processo de “despolitização” ao perder, em certa medida, a sua função de representação social. Desse modo, inserindo-se no contexto de “profissionalização” onde as atividades desenvolvidas podem mais representar os desejos de seus financiadores e implementadores do que de fato as necessidades locais. A atuação das Organizações Não Governamentais em países Africanos têm sua origem marcada pelos movimentos missionários religiosos e pela necessidade de desenvolvimento social e econômico dos países no período pós-colonial.

Assim, esta pesquisa nos possibilitou encontrar 111 ONGs que atuam nos cinco países que compõem os PALOP, com destaque para Moçambique (38 ONGs) e Guiné-Bissau (46 ONGs) como os países que mais recebem organizações para desenvolver atividades. Com relação as atividades realizadas pelas ONGs relacionadas ao campo educacional, identificou-se que as mais recorrentes são as que dizem respeito a: Oferta Educacional não Formal, Provisão de Insumos Pedagógicos e Promoção do Direito à Educação. O que nos revela que as atividades desenvolvidas são menos sistemáticas e apresentam um foco mais pontual, pelo menos que diz respeito ao contexto educacional.

Os dados do mapeamento apontam que das 111 ONGs encontradas, 79 delas estão sediadas em Portugal, o que corresponde a 71% do total de organizações. Esse elevado número de organizações oriundas de Portugal atuando em países Africanos encontra imbricações com as estratégias de preservação da língua portuguesa como a oficial, como também com a relação histórica entre Portugal e suas ex-colônias, quer sejam de dependência econômica e técnica e ou mesmo de independência.

A análise de redes com o software Gephi possibilitou identificar que Moçambique é o país que apresenta o maior grau (122.93) de centralidade de intermediação na rede formada, justamente por está conectado por 19 ONGs que atuam em mais de um país dos PALOP. Observou-se ainda que das 111 ONGs que atuam nos PALOP, três delas estão presentes nos cinco países do grupo: Associação Coração Sem Fronteiras, Associação Ser Mais Valia e Instituto Marquês de Valle Flôr – IMVF. Todavia, esse fato não permite afirmar que estas organizações são mais influentes do que outras.

Por fim, porém não menos importante e reconhecendo as limitações desta pesquisa, indicam-se como horizontes para realizações de pesquisas futuras: compreender as especificidades das atividades que são desenvolvidas pelas ONGs; identificar as fontes e os volumes de recursos financeiros envolvidos; verificar quem define quais as atividades são desenvolvidas e em quais países; buscar se há envolvimento das ONGs com organizações internacionais como Banco Mundial, UNESCO e UNICEF, entre outras.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília, ANPAE, 2022.

ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, online, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. <https://doi.org/10.25824/redu/JY6OMK>.

BELFIELD, C. & LEVIN, H. **Education Privatization: causes, consequences, and Planning Implications**. Paris: UNESCO, 2002.

CHELMIS, C., & PRASANNA, V. **Social Networking Analysis: A State of the Art and the Effect of Semantics**. Conference: **PASSAT/SocialCom 2011, Privacy, Security, Risk and Trust (PASSAT), 2011 IEEE Third International Conference on and 2011 IEEE Third International Conference on Social Computing (SocialCom)**, Boston, MA, USA, 9-11, 2011.

CHOUDRY, A. & KAPOOR, D. **NGOization: Complicity, Contradictions and Prospects**. London - UK., Zed Book, 2013.

DE GRAUWE, A. Education, poverty and development. **IIEP newsletter** 26(3): S 6-7, 2007.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (O Mundo, hoje, v. 22), 1978. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/4.-Cartas-à-Guiné-Bissau.pdf>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

FRUCHTERMAN, T., & REINGOLD, E. Graph Drawing by Force-directed Placement. **Software - Practice and Experience**, vol. 21 (11), 1129-1164, 1992. Disponível em: https://static.aminer.org/pdf/PDF/001/074/051/graph_drawing_by_force_directed_placemen t.pdf. Acesso em: 22 de out. de 2022.

HARBER, C. **Education and International Development: theory, practice and issues**. Symposium Books, Westminster – EUA, 2014.

KAMAT, S. The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourse in a Neoliberal Era. **Review of International Political Economy**, 11 (1) (February), 155-176, 2004.

KAPUCO, N., HU, Q., & KHOSA, S. The State of Network Research in Public Administration. **Administrations e Society Published**, Florida, 6 november, 2014. <https://doi.org/10.1177/009539971455575>.

MANJI, F., & O'COILL, C. The Missionary Position: NGOs and Development in Africa. **International Affairs**, 78 (3), 567-83, 2002.

AUTOR. O Poder Simbólico e a Cooperação Portuguesa: Uma análise sobre o papel da língua. **Cadernos de Estudos Africanos**, 39: 17-30, 2020. <https://doi.org/10.4000/cea.4706>.

MC GRATH, S. Education and Development. **Routledge – Perspectives on Development**, London and New York, 2018. <https://www.routledge.com/Education-and-Development/McGrath/p/book/9781138211285>

MILANI, C. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, ANDRÉ de M. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=46997>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

RCM (Resolução do Conselho de Ministros) nº 196/2005, de 22 de dezembro. Diário da República nº 244/2005, Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros, 2005.

AUTOR. Impactos e Efeitos de Programas de Cooperação para o Desenvolvimento em Escolas: Um olhar focado sobre o programa de apoio ao sistema educativo da Guiné-Bissau. **Cadernos de Estudos Africanos**, 39: p. 85-111, 2020. <https://doi.org/10.4000/cea.4826>.

SHIELDSS, R. **Globalization and International Education**. Bloomsbury, London - UK, New York – NY, 2013.

UNTERHALTER, E. Education and International Development: a history of the field. In: MCCOWAN, TRISTAN & UNTERHALTER, ELAINE (Orgs.). **Educational and International Development**. Bloomsbury Academic, London and New York, 2015.

Submetido em: 05 de jun de 2024.

Aprovado em: 07 de out de 2024.

Publicado em: 06 de dez de 2024.